

# Mostra de Projetos 2011

## Projeto Tecendo o Futuro

Mostra Local de: Londrina.

Categoria do projeto: Projetos em implantação, com resultados parciais.

Nome da Instituição/Empresa: Prefeitura do Município de Londrina.

Cidade: Londrina.

Contato: mulher@londrina.pr.gov.br

Autor(es): Sueli Galhardi, Secretária Municipal da Mulher - Prefeitura do Município de Londrina.

Equipe: Elaine Ferreira Galvão – Socióloga;

Raquel Francine Martins Albuquerque – Enfermeira;

Viviane dos Reis Martins - Técnica de Enfermagem.

Parceria: Faculdade Pitágoras: assessoria jurídica;

Grupo Nós do Poder Rosa: doação de matérias para o Oficina de Artes Plásticas;

Festival de Música de Londrina: curso de musicalização.

Objetivo(s) de Desenvolvimento do Milênio trabalhado(s) pelo projeto:

3 - Igualdade entre sexos e valorização da mulher.

### RESUMO

O objetivo do projeto é a atuação junto às carceragens femininas dos Distritos Policiais de Londrina, visando identificar e atender as principais demandas das detentas: informação e orientação para defesa de direitos, assistência à saúde, realização de atividades produtivas e culturais, com vistas à remissão de pena e à ressocialização. O público beneficiado é de aproximadamente 120 mulheres distribuídas nos 3º e 4º Distritos Policiais de Londrina. O projeto é coordenado pela

Secretaria Municipal da Mulher da Prefeitura de Londrina e conta com parceria de outros órgãos municipais, organizações da sociedade civil e voluntários (as).

*Palavras-chave: Sistema prisional; gênero; cidadania; direitos humanos; acesso à justiça.*

## **INTRODUÇÃO**

As mulheres em situação de prisão no Brasil enfrentam diversos problemas como a superlotação, instalações precárias nos presídios, muitas unidades são adaptadas e funcionam dentro de cadeias sem a estrutura adequada às necessidades femininas. Durante o período de encarceramento as mulheres se deparam com a falta de assistência a saúde, acesso à justiça e atividades laborais. No município de Londrina esta mesma realidade pode ser verificada.

Reconhecendo a dimensão e a gravidade deste problema, desde o início da atual gestão, em maio de 2009, a Secretaria Municipal da Mulher vem trabalhando pela melhoria das condições de encarceramento das mulheres em situação de prisão em nossa cidade. Neste sentido, uma das primeiras ações foi à mobilização para a reativação do 4º Distrito Policial de Londrina, de forma a minimizar o problema da superlotação do 3º Distrito, única unidade que, naquele momento, destinava-se à prisão de mulheres. Com capacidade para 37 mulheres, o 3º DP chegou a ter 115 mulheres em sua carceragem. Com a reativação do 4º DP, que estava desativado desde abril de 2007, 40 mulheres foram transferidas para esta unidade, melhorando as condições de encarceramento das mulheres na nossa cidade.

No entanto, vale destacar que os dois distritos continuaram a atender um número de mulheres acima de sua capacidade. No início de 2011 encontravam-se presas aproximadamente 120 mulheres que dividiam celas dos 3º e 4º distritos policiais, cuja capacidade é de menos de 60 mulheres ao todo. Muitas delas já foram condenadas e aguardam transferência para uma penitenciária. Porém, no Paraná só existe penitenciária feminina em Curitiba, que atende todo o estado, o que dificulta viabilizar a transferência devido à falta de vagas.

Diante disto a Secretaria Municipal da Mulher, visando construir alternativas para melhorar as condições das carceragens femininas em Londrina, formulou o presente projeto que consiste na identificação das principais demandas das detentas e no desenvolvimento de atividades que visem melhorar as condições de assistência Jurídica, de saúde, de aprendizado e lazer, contribuindo para a melhoria da

auto-estima e a construção de novos projetos de vida para as mulheres privadas de liberdade.

## **1. JUSTIFICATIVA**

Estudiosos do sistema prisional avaliam que os avanços conquistados no último século no campo dos direitos humanos não têm se refletido no sistema prisional brasileiro que não garante condições de respeito aos direitos básicos da população encarcerada. Neste contexto, a situação das mulheres é ainda mais difícil e envolve problemas como superlotação, instalações precárias, unidades adaptadas que funcionam dentro de presídios masculinos sem a estrutura adequada às necessidades femininas. Muitas carceragens funcionam em distritos policiais onde, além da superlotação, nos deparamos com o problema da falta de estrutura mínima para o desenvolvimento de atividades laborais, culturais, de atendimento à saúde e outras.

Segundo o Terceiro Relatório Nacional de Direitos Humanos, produzido pelo Núcleo de Estudos da Violência da USP, no período de 2002 a 2005 a taxa de encarceramento no país aumentou de 178,3% presos por 100 mil habitantes para 198,3. Analisando os dados desagregados por sexo percebe-se que este aumento foi maior entre as mulheres. No período de 2000 a 2006 a taxa do aumento de encarceramento feminino foi de 135,37%, bem maior do que a dos homens, que foi de 53,36%.

De acordo com o Grupo de Trabalho Interministerial, instituído pelo Governo Federal em maio de 2007 com a finalidade de “elaborar propostas para a reorganização e reformulação do Sistema Prisional Feminino”, apesar do aumento do encarceramento feminino observado nos últimos anos, o percentual de mulheres presas ainda é bem menor do que o de homens. No entanto, elas vivenciam condições mais precárias, isto porque elas são maiorias entre os que cumprem pena em local inapropriado, numa diferença de 25% para as mulheres e 13% para os homens. No Estado do Paraná esta situação prevalece sendo que 62% das mulheres presas (1635 mulheres) estão detidas em distritos e cadeias públicas, uma vez que o estado só conta com uma penitenciária feminina, o que dificulta a transferência das presas condenadas devido à insuficiência de vagas, gerando o grave problema da superlotação dos distritos e cadeias.

Dados apontados pelo Grupo de Trabalho Interministerial revelam o perfil da mulher presa no Brasil. Grande parte é jovem, mãe solteira, e afro-descendente, possui baixa escolaridade, cometeu delitos de menor gravidade e ocupa posições de menor prestígio social. Na maioria dos casos foram condenadas por

envolvimento com tráfico de drogas, mas, em geral, elas não ocupam posição de liderança na estrutura hierárquica das organizações e sim, estão extremamente subjugadas à força masculina. As mulheres presas por tráfico são muitas vezes mães de família que se ocupam do tráfico após a morte do companheiro que já estava ligado ao crime.

Pesquisas têm apontado um aspecto importante em relação à situação das mulheres que se encontra em situação de prisão: por uma questão de gênero, ao contrário dos homens que, nesta condição, recebem o apoio de suas companheiras, as mulheres, quando estão presas, muitas vezes são abandonadas pelas suas famílias e, principalmente, por seus companheiros. Um número significativo de mulheres não recebe qualquer tipo de visita.

Comumente as mulheres presas estão imersas em histórias de violência, ou por abuso parental na infância/adolescência ou no casamento, ou por conviverem em lares violentos, ou por assédio sexual na própria prisão. Segundo a socióloga Bárbara Musumeci, mais de 95% sofreram violência na infância/adolescência, no casamento ou nas mãos da polícia. Um percentual bastante expressivo mostra que os filhos (as) das presas encontram-se sob tutela de avós maternos, o que aponta que a criação dos filhos (as) recai muito mais sobre as famílias das detentas que sobre a do companheiro.

Como já exposto na introdução deste texto, o município de Londrina reflete a mesma realidade do País. No início de 2011 encontravam-se presas aproximadamente 120 mulheres que dividiam celas dos 3º e 4º distritos policiais, cuja capacidade é de menos de 60 mulheres ao todo. Grande parte das presas provisórias, e algumas já condenadas, responde por tráfico cujo processo penal acaba sendo mais lento e amplia o tempo de detenção. Muitas dessas mulheres foram presas junto com os homens, ou traficam para manter o vício, ou para sobreviverem ou caem na prisão por omissão de seus parceiros. A maioria das mulheres é jovem e apresentam baixa escolaridade.

É importante ressaltar que o confinamento excessivo, a superlotação, espaços inadequados, saneamento e higiene precários aliados ainda a diversas formas de violência, ausência de atividades laborais, educação, lazer, má alimentação, propiciam e agravam muitas doenças, sendo de suma importância priorizar o pleno acesso das mulheres em situação de prisão ao sistema público de saúde. Hoje os presídios e carceragens brasileiras são enormes bolsões de doenças infecto-contagiosa, como a tuberculose, além das DST/AIDS, pneumonia, dermatose, hepatite, diabete, hipertensão são também comuns no ambiente dos presídios femininos.

A maternidade é um agravante no que diz respeito ao encarceramento feminino, tanto no que diz respeito às necessidades de assistência à

gestação, quanto à manutenção dos vínculos mãe/filho. Embora esta demanda tenha sido contemplada no Plano Nacional de Saúde no Sistema Penitenciário, poucas têm acesso aos exames pré-natais e instalações que permitam o convívio, ainda que temporário, com seus filhos lactantes. Vale destacar que a população detida nas cadeias e distritos policiais estão excluídas do Plano Nacional de Saúde no Sistema Penitenciário (Portaria Interministerial nº. 1777, de 9 de setembro de 2003. “O Plano Nacional de Saúde no Sistema Penitenciário contempla, essencialmente, a população recolhida em penitenciárias, presídios, colônias agrícolas e/ou agroindustriais e hospitais de custódia e tratamento, não incluindo presos do regime a aberto e presos provisórios, recolhidos em cadeias públicas e distritos policiais.”

No que se refere à educação, a constituição garante que é direito de todos (as) e deve ser oferecida com qualidade promovendo o desenvolvimento integral das mulheres e, conseqüentemente, colaborar para a redução de vulnerabilidades, ampliando as formas de participação na sociedade.

É justamente nos Distritos e Cadeias Públicas, onde os espaços são exíguos e insalubres que a atenção à saúde torna-se mais necessária, pois estes ambientes são propícios ao desenvolvimento de todo tipo de doenças.

No Brasil a história da população carcerária ficou relegada ao confinamento respaldado na lógica de um sistema punitivo, compreendendo que os presídios era a solução para a criminalidade. Porém, no atual contexto do sistema penitenciário, os presídios por si só não se tem garantem condições dignas de atendimento e intervenção de uma política de recuperação e inclusão social. A situação das mulheres presas precisa ganhar maior visibilidade visando implantar e implementar políticas publicas para combater as causas que levam as mulheres ao mundo do crime e que respeitem a pessoa e contemplem as particularidades de gênero dentro da perspectiva da dignidade humana.

A atual situação das mulheres que se encontram em situação de prisão fere os direitos constitucionais, pois não tem oportunizado espaço efetivo de educação, saúde, trabalho que contribuam para sua auto-estima, resgate de suas potencialidades, aprendizado, a remissão da pena e inclusão social.

A Secretaria Municipal da Mulher tem como missão promover políticas públicas para mulheres na perspectiva de igualdade de gênero. Nesse sentido atua na promoção dos direitos humanos das mulheres, reconhecendo e procurando atender as especificidades dos diversos grupos. Neste sentido, em conformidade com o Plano Nacional de Políticas para as Mulheres elegeu como uma de suas prioridades a atuação junto às carceragens femininas visando à formulação e execução de projetos que visem à melhoria das condições de encarceramento garantindo a cidadania e a

dignidade das mulheres em situação de prisão bem como sua preparação para a reinserção social.

## **2. OBJETIVO GERAL**

Melhorar as condições de encarceramento e contribuir para o processo de reintegração social das mulheres que se encontra em situação de prisão no município de Londrina.

## **3. OBJETIVOS ESPECÍFICOS**

- Informar e orientar as detentas sobre temas relacionados à saúde, com atenção para as DST/AIDS e prevenção de câncer ginecológico;
- Viabilizar parcerias com os núcleos de práticas jurídicas das Instituições de Ensino Superior para orientação e assistência jurídica;
- Promover atividades culturais e recreativas visando à melhoria da auto-estima e do convívio entre as presas;
- Apoiar a produção de trabalhos manuais pelas detentas, visando à remissão de pena e o aprendizado de alternativas futuras de geração de renda.

## **4. METODOLOGIA**

Levantamento de dados: a primeira etapa do projeto consistiu no levantamento das condições estruturais dos Distritos, visando identificar as principais dificuldades bem como as possibilidades materiais para o desenvolvimento das atividades do projeto. Concomitantemente foram realizadas entrevistas com as detentas com o objetivo de levantar o perfil das presas e identificar as demandas e expectativas. Nesta etapa tivemos o cuidado de deixar claro que não tínhamos uma proposta pronta, bem como de expor nossas limitações tanto em termos de recursos disponíveis e autonomia para realizá-las.

Elaboração de um plano de trabalho: considerando a análise das condições das carceragens e demandas das presas, elencamos como prioridades as

seguintes áreas: assistência à saúde; assistência jurídica; promoção de ações culturais e laborais.

Estabelecimento de parcerias: uma vez analisado o universo da intervenção e identificando as principais necessidades e possibilidades de trabalho, discutimos nossa proposta com os representantes dos órgãos responsáveis pela área no município: juíza da Vara de Execução Penal; Delegado Chefe da 10ª Sub-Divisão Policial de Londrina; Delegados responsáveis pelos 3º e 4º Distritos Policiais de Londrina. Nesta etapa procuramos também dar visibilidade à situação das presas em Londrina, inserindo essa discussão em reuniões com parceiros, eventos e outras atividades da SMM visando sensibilizar possíveis parceiros para o projeto.

Desenvolvimento: uma vez identificadas as principais demandas e consolidadas as parcerias foi possível iniciar a execução das ações que contemplou três estratégias:

Assistência Jurídica: parceria com a Faculdade Pitágoras para Assistência jurídica às presas desassistidas nesta área;

Atendimento à saúde: encaminhamento de demandas gerais e específicas das presas à Secretaria Municipal da Saúde;

Atividades laborais e culturais: apoio na realização de oficina de crochê, oficina de artes plásticas e curso de musicalização; com o objetivo de promover remissão de pena; geração de renda; aprendizado; lazer, melhoria da auto-estima e da convivência entre grupo.

## **5. MONITORAMENTO DOS RESULTADOS**

Indicadores:

- Atividade realizada: visita, oficina, outras;
- Presença das participantes;
- Atendimento jurídico realizado;
- Produtos confeccionados.

Instrumentos:

- Relatório da atividade;

- Lista de presença;
- Relatório de análise dos processos;
- Relatório de produção.

## **6. VOLUNTÁRIOS**

Atualmente contamos com o trabalho voluntário da artista plástica Lu Cilião, responsável pelo desenvolvimento da oficina de artes plásticas. A Secretaria Municipal da Mulher apóia o trabalho da voluntária viabilizando os materiais necessários para o desenvolvimento da Oficina, por meio de recursos próprios e parcerias. As atividades desenvolvidas pela voluntária são acompanhadas pela Secretaria Municipal da Mulher que realiza visitas periódicas para observação in loco do trabalho realizado.

## **7. CRONOGRAMA**

2009

- Levantamento das demandas;
- Identificação dos parceiros;
- Apresentação da proposta do projeto aos órgãos responsáveis.

2010

- Consolidação das parcerias com Faculdade Pitágoras e ONG Nós do Poder Rosa;
- Realização do mutirão da justiça no 3º DP;
- Implantação das oficinas de crochê e artes plásticas no 4º DP;
- Implantação da horta comunitária no 3º DP;



2011

- Implantação da oficina de artes plásticas no 3º DP;
- Implantação do Projeto A Voz Através das Grades, para desenvolvimento de curso de musicalização, em parceria com Festival de Música de Londrina no 3º DP;
- Formulação de um planejamento de ações de promoção da saúde, a ser desenvolvido pela Secretaria Municipal de Saúde.

## **8. RESULTADOS ALCANÇADOS**

Assistência jurídica:

A parceria com a Faculdade Pitágoras possibilitou, no ano de 2010, a revisão de 23 processos de presas que se encontravam sem assistência jurídica. Dos processos analisados foram concedidas sete solturas. Com a renovação da parceria, no ano de 2011 já foram analisados 12 processos dos quais dois estão sob os cuidados da Faculdade.

Assistência à saúde:

A partir das demandas levantadas a Secretaria Municipal de Saúde estabeleceu um planejamento anual de atividades que contemplam as seguintes ações:

- promoção à saúde: informação e orientação quanto à cuidados de higiene, prevenção de doenças, DST/AIDS, tabagismo e outras;
- ações preventivas: coleta de citologia oncótica para prevenção de câncer de colo de útero, auto-exame de mama e solicitação de mamografia de acordo com protocolo vigente, vacinação (tetânica febre amarela, caxumba, sarampo e rubéola);
- Ações do programa DST/AIDS, hepatite e tuberculose: orientação e coleta de material para realização de exames.

As atividades a serem desenvolvidas estão sob responsabilidade das Unidades Básicas de Saúde (UBS) das respectivas áreas de abrangência onde se localizam os Distritos, sendo: 4º DP, UBS da Vila Brasil; 3º DP, UBS do Jardim Bandeirantes.

Atividades laborais e culturais:

- Hortas Comunitárias: em parceria com a secretaria Municipal de Agricultura e Abastecimento foram implantadas hortas comunitárias nos 3º e 4º Distritos Policiais;
- Oficina de crochê no 4º Distrito Policial: por meio de doação de material e viabilização de espaços de comercialização dos produtos a Secretaria Municipal da Mulher apoio à produção de trabalhos em crochê desenvolvido por aproximadamente 17 mulheres do 4º Distrito Policial. O objetivo dessa atividade é o fomento à geração de renda e a remissão de pena.
- Oficina de Artes Plástica: atividade desenvolvida em parceria com a artista plástica Lú Cilião, que presta trabalho voluntário, e com o grupo Nós do Poder Rosa que viabiliza o material utilizado na oficina. No ano de 2010, a oficina contou com a participação de 16 mulheres. O encerramento do trabalho foi marcado com formatura e confraternização realizadas pela SMM no Distrito e exposições dos quadros na Casa de Cultura José Gonzaga Vieira e no Museu de Artes de Londrina. Atualmente a oficina está sendo desenvolvida no 3º DP e conta com a participação de 60 mulheres, divididas em duas turmas. Acordo firmado com a Vara de Execução Penal garante que as atividades das oficinas de artes plásticas sejam contabilizadas para remissão de pena.
- Curso de musicalização: resultado de parceria firmada com o Festival de Música de Londrina para o desenvolvimento do Projeto A Voz Através das Grades, no 3º Distrito Policial de Londrina. A atividade integra o projeto Festival da Inclusão que visa levar a públicos variados as atividades do 31º Festival de Música de Londrina. O projeto teve início no mês de maio e se estenderá até o mês de setembro deste ano.

## **9. ORÇAMENTO**

O Projeto não conta com dotação exclusiva, estando suas despesas contempladas no orçamento geral da Secretaria Municipal da Mulher. Os principais custos do Projeto referem-se aos recursos humanos (equipe formada por três profissionais: custo anual aproximado R\$ 113.000,00). Vale destacar que esta equipe não atua exclusivamente no Projeto, mas acumulam outras funções, participando de outros projetos da SMM. Os recursos materiais para o desenvolvimento das oficinas são viabilizados por meio de parcerias.

## 10. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Projeto Tecendo o Futuro foi concebido como uma possibilidade de se construir coletivamente alternativas às precárias condições de permanência das mulheres presas nas carceragens femininas em Londrina. O contato inicial com o universo das carceragens, bem como, a reflexão sobre o tema a partir de estudos e pesquisas nacionais sobre a situação das mulheres no sistema prisional brasileiro, apontou as inúmeras dificuldades e limitações à nossa intervenção nesta área.

Como já exposto na justificativa do Projeto, em todo o Brasil, a situação das mulheres presas é ainda mais precária do que a dos homens. No Paraná mais de 60% das detentas concentra-se nos distritos e cadeias públicas, espaços que não foram concebidos para o encarceramento e, portanto, não oferecem condições mínimas para um tratamento digno às detentas e para o desenvolvimento das atividades necessárias à reinserção social. Apesar das dificuldades nossa ação pautou-se na idéia de que “as pessoas privadas de liberdade, mesmo que sentenciadas de forma irrecorrível, não perdem sua condição de seres humanos, legitimando-se, pois, a invocação, em seu benefício, do respeito a todos e cada um de seus direitos fundamentais”.

Diante disto e acreditando na união de esforços entre poder público e sociedade civil, desencadeamos esta ação que se pautou na construção coletiva e no estabelecimento de parcerias, possibilitando, desta forma a superação de limitações e a concretização de ações que proporcionaram às detentas a vivência de novas experiências de aprendizado e de convivência com grandes benefícios à sua auto-estima. Vale destacar o grande apoio que tivemos dos delegados responsáveis pelos distritos policiais, bem como das demais autoridades locais que deram a autorização e viabilizaram as condições para o nosso acesso às mulheres.

Por fim, apesar de avaliarmos positivamente a experiência, a qual pretendemos dar seqüência, o reconhecimento das reais limitações ao desenvolvimento do projeto, em virtude da superlotação e da ausência de uma estrutura física adequada no interior dos distritos, defendemos a instalação urgente de uma penitenciária feminina em Londrina, para que as mulheres possam cumprir sua pena em condições dignas e tenham oportunidade de reconstruir sua vida de forma a evitar a reincidência. Reconhecemos ainda a necessidade de um maior investimento na formulação de políticas públicas voltadas à educação, à profissionalização e ao empoderamento das mulheres, com vistas à prevenção da criminalidade feminina.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. Presidência da República. Ministério da Saúde. Plano Nacional de Saúde no Sistema Penitenciário. Brasília, 2005.

BRASIL. Presidência da República. Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres. I Plano Nacional de Políticas para as Mulheres. Brasília, 2005. p.7.

BRASIL. Presidência da República. Secretaria Especial de políticas para as Mulheres. Grupo de Trabalho Interministerial: reorganização e reformulação do sistema prisional feminino. Relatório Final. Brasília, 2008.

SOARES, Bárbara Musumeci; ILGENFRITZ, Iara Ilgenfritz. Prisioneiras - vida e violência atrás das grades. Editora Garamond. Rio de Janeiro, 2002.